



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROCESSO SELETIVO – RESOLUÇÃO Nº 13/2013**

PROVA OBJETIVA E PROVA DE REDAÇÃO: 17 de novembro de 2013

CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas, e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, destinado à transcrição definitiva da redação.
2. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 20 (vinte) questões objetivas de Legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a Redação. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:00h e término às 12:00h (horário local).**
3. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 20.
4. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA e na parte inferior do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
5. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
6. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição definitiva da redação no FORMULÁRIO DE REDAÇÃO devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
7. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
8. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA e/ou do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
9. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como, o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO é o único documento considerado para a correção da sua redação.
10. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
11. O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES, CARTÃO-RESPOSTA e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO.
12. Será automaticamente eliminado do Processo Seletivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos na Resolução Nº 13/2013 do referido processo.

Boa Prova.

LEGISLAÇÃO DO ECA

01. Tendo como objetivo intervir em questões referentes à infância e à juventude, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) apresenta duas propostas fundamentais: a primeira garante que crianças e adolescentes brasileiros passem a ser tratados como sujeitos de direitos; a segunda consiste no

- (A) reconhecimento de que a criança e o adolescente sejam objetos de intervenção da família e do Estado, dentro dos preceitos constitucionais do governo.
- (B) fornecimento de políticas sociopsicossociais para o bom desenvolvimento da educação, da saúde e da proteção da integridade física da família.
- (C) desenvolvimento de uma nova política de atendimento à criança e ao adolescente, regida pelos princípios constitucionais de descentralização administrativa e de participação da sociedade civil.
- (D) desenvolvimento de uma política assistencial e integral que se baseia em preceitos de proteção jurídica em prol da população infanto-juvenil, face ao abandono e à desassistência do Estado e da sociedade.

02. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A garantia de prioridade compreende:

- I - a preferência de receber proteção e socorro em qualquer hospital particular;
- II - precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III - primazia na formulação de políticas assistencialistas voltadas à infância;
- IV - destinação privilegiada de recursos públicos à infância e à juventude somente nas áreas relacionadas à prevenção.

- Tendo analisado os itens acima, é verdadeiro afirmar que

- (A) todos os itens estão corretos.
- (B) os itens I e II estão corretos.
- (C) os itens I, II e III estão corretos.
- (D) os itens II e IV estão corretos.

03. Em relação ao direito à vida e à saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve que

- (A) a gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema.
- (B) o pré-natal somente será assegurado à gestante com alto risco na gravidez, desde que ela esteja inscrita no programa de benefícios sociais.
- (C) a parturiente passará por vários especialistas, não sendo recomendado ser acompanhada por um único médico.
- (D) somente em casos de estupro e abuso sexual será assegurada assistência psicológica no período pré-natal à gestante a fim de serem minorados os traumas advindos da gravidez.

RASCUNHO

04. Por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), é assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Em relação a esse atendimento, analise os itens abaixo.

- I - A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.
- II - Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente a toda criança e adolescente, independente do poder aquisitivo, medicamentos vitamínicos para o seu crescimento.
- III - Nos casos de internação de criança ou adolescente portador de deficiência, os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência de um dos pais ou do responsável. Em outras situações, a garantia de permanência do responsável se dará pelo menos, em tempo parcial.
- IV - Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão primeiramente comunicados através de Boletim de Ocorrência (BO) na Delegacia de atendimento à criança e ao adolescente da localidade do agressor.

- Tendo analisado os itens acima, é verdadeiro afirmar que

- (A) somente o item I está correto.
- (B) somente o item II está correto
- (C) os itens I, II e III estão corretos.
- (D) todos os itens estão corretos.

05. Pedro e Joana têm planos definidos para separação judicial. Mas, como têm uma filha de dois (02) anos, ainda não estabeleceram um acordo sobre a guarda da criança. Indiscutivelmente, Joana tem um poder aquisitivo acima do de Pedro. Ao estabelecer um acordo sobre o poder familiar baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- (A) como Joana tem uma situação financeira melhor que Pedro, a filha deverá ficar integralmente com a mãe.
- (B) um dos motivos para a perda do poder familiar é a situação financeira sofrível de um dos pais.
- (C) a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
- (D) o poder familiar poderá ser exercido pelo pai ou pela mãe, decisão, entretanto, condicionada à situação financeira estável, a valores morais e ao equilíbrio do estado psicológico.

06. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, entende-se por família extensa ou ampliada aquela que

- (A) se estende àqueles que mantêm qualquer tipo de vínculo biológico ou afetivo, incluindo vizinhos, educadores e professores da criança e adolescente.
- (B) se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e com quem mantêm vínculos de afinidade e afetividade.
- (C) é composta por todos aqueles que, independentemente de laços biológicos e afetivos, dispõem-se a colaborar com a educação e a saúde da criança com o intuito de ajudar os pais em estado de carência material.
- (D) tem como primazia os laços sanguíneos, exercida por parentes próximos da unidade familiar, com os quais a criança ou adolescente se identifica e mantêm uma convivência equilibrada e coerente com os valores morais.

RASCUNHO

07. Em relação à guarda prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, coloque V (Verdadeiro) ou F (Falso) nas sentenças abaixo.

() A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

() Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou do responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

() O poder público não pode estimular a guarda sob qualquer meio, seja de assistência jurídica, de incentivos fiscais ou de subsídios; somente pode atender o acolhimento, sob a forma de guarda de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

() A guarda da criança ou adolescente só poderá ser revogada mediante autorização expressa de um dos cônjuges, após acordo conjunto entre eles, devendo a autoridade judicial ser comunicada sobre a decisão.

- A sequência correta das respostas acima é

(A) V, V, F V.

(B) V, F, V, F.

(C) V, V, F, F.

(D) F, F, F, V.

08. No que se refere à autorização para a criança viajar, está previsto no ECA que, se estiver desacompanhada dos pais ou do responsável legal, não poderá viajar para fora da comarca onde reside sem expressa autorização judicial; no entanto, essa autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de

(A) descendentes ou colateral maior, até o primeiro grau, por não implicar autorização documental, ou de pessoa maior de idade.

(B) descendentes ou colateral maior, até o segundo grau, com expressa comprovação de parentesco, ou de qualquer pessoa maior de idade, independente de parentesco.

(C) ascendente ou colateral maior, até o primeiro grau, não havendo, por isso, necessidade de comprovação documental nem de pessoa maior autorizada pelo pai.

(D) ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, desde que seja comprovado documentalmente o parentesco, ou de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

09. Considere a hipótese: Ana, solteira, 20 anos, quer adotar João, de cinco (05) anos, para o que possui todas as condições materiais, psicológicas e financeiras. Baseado no que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre adoção, Ana poderá adotar João?

(A) Não, pois apesar de os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil, poderem adotar, o adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

(B) Não, pois só poderão adotar os maiores de 21 anos, comprovadamente casados no civil, sendo os cônjuges adotantes dezoito anos mais velhos que o adotando.

(C) Sim, porque a idade para adotar é a partir de 20 anos, sendo que a diferença de idade entre o adotante e o adotando deverá ser de quinze anos. Ademais, a situação material e financeira de Ana é condição fundamental para adoção.

(D) Sim, pois qualquer pessoa com situação financeira e psicológica comprovada por autoridade judicial poderá adotar uma criança ou adolescente, independente do estado civil, da idade, e da diferença de idade entre adotante e adotando.

RASCUNHO

10. Nilda e João estavam em processo para adotar uma criança de quatro (04) anos, estando inclusive o estágio de convivência com o adotando já bem avançado. No entanto, passado algum tempo, os adotantes resolveram se separar judicialmente. Nesse caso, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente,

- (A) cessam-se todos os procedimentos em relação à adoção, por conta do estado civil de separados ou divorciados, ficando inviabilizada a guarda compartilhada.
- (B) os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas, e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência.
- (C) a adoção somente será deferida nos casos em que os ex-cônjuges combinarem entre si a guarda da criança, que ficará com a mãe. No entanto, no caso de união estável com outra pessoa, a guarda será destituída da mãe e passará para o pai.
- (D) em nenhuma hipótese poderá o casal separado ou divorciado realizar adoção, mesmo que já tenham iniciado o processo de convivência com o adotando e expressem a vontade de continuar o processo, aceitando compartilhar a guarda.

11. O ECA alude que criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegura direito de

- (A) permanecer em escola particular, mesmo sendo inadimplente.
- (B) ser respeitado pelos educadores, desde que seja educado pela sua família a respeitar a disciplina e hierarquia dos professores e diretores.
- (C) contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- (D) contestar o uniforme escolar que não agrada, bem como a cor e modelo imposto pela unidade escolar.

12. Mariana e Pedro têm um filho de sete (07) anos de idade. Tendo como exemplo alguns casos que leram em reportagens no exterior, não querem matricular o filho no ensino regular, por considerarem que a escola formal não oferece educação de qualidade. Além do mais, eles querem oferecer um ensino particular, remunerando os professores para ministrar aulas em sua própria casa. Se Mariana e Pedro fossem consultar o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre esta questão, encontrariam ali o seguinte:

- (A) desde que o Conselho Tutelar permita, os pais podem educar seus filhos em casa até a 8ª série do ensino fundamental.
- (B) os pais ou responsáveis somente têm obrigação de matricular seus filhos na rede pública de ensino quando estes completarem oito anos; a partir daí, somente poderão educar seus filhos fora da escola se obtiverem autorização expedida pelo Ministério da Educação e Cultura, caso a criança demonstre ter bom rendimento do aprendizado em casa.
- (C) até idade de dez anos, qualquer criança pode ser educada fora dos muros da escola formal, desde que sob a supervisão dos pais e o acompanhamento do Conselho Tutelar.
- (D) os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

13. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado o trabalho

- I - noturno, realizado entre dezenove e vinte e três horas;
- II - perigoso, insalubre ou penoso;
- III - realizado em locais distantes de sua residência e escola;
- IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

- Tendo analisado as afirmativas acima, pode-se afirmar que os itens

- (A) I, II, III estão corretos.
- (B) I, II, e III estão incorretos.
- (C) I e III estão incorretos.
- (D) II e IV estão incorretos.

14. Quanto à prevenção especial com relação à informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos, é correto afirmar que

- (A) compete ao dono de banca de revistas e publicações indicar à criança e ao adolescente o material impróprio para a sua idade, não sendo, pois, obrigatório lacrar a embalagem desse material.
- (B) as próprias editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.
- (C) as revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil só poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições se vierem em embalagem opaca e escurecida.
- (D) os responsáveis por casas de jogos ou por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congêneres somente permitirão o acesso de crianças e adolescentes que estejam acompanhados por pais ou responsáveis durante o horário da manhã e da tarde.

15. Se, sem justa causa, a autoridade competente deixar de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão, ou se descumprir injustificadamente prazo fixado em lei que beneficia o adolescente privado de liberdade, a pena para ambos os casos será detenção de

- (A) seis meses a dois anos.
- (B) um a quatro anos.
- (C) dois a seis anos.
- (D) quatro a seis anos.

16. Considere a seguinte hipótese: um professor de uma escola pública do município de Ananindeua/PA confirmou ter observado maus tratos impetrados contra uma adolescente, aluna de sua classe escolar. Primeiramente, ele foi falar com a mãe da adolescente, mas esta negou qualquer agressão física. Em outra ocasião, a adolescente pediu ajuda do professor, dizendo sofrer agressões constantes de seu padrasto. E novamente o professor dirigiu-se à mãe, tendo, dessa vez, recebido ameaças do padrasto da adolescente. Repetidas vezes a adolescente pediu ajuda ao professor, mas este não tomava qualquer atitude, por sentir-se ameaçado. Ademais, considerava que já fizera sua parte ao procurar a família. Diante de uma situação de maus tratos como essa, em que o professor em diversos momentos deixou de comunicar à autoridade competente as queixas da aluna quando era forte a suspeita de maus-tratos contra a adolescente, a pena a ser imposta ao professor seria de

- (A) reclusão por um a dois anos, além de multa de seis a quarenta salários de referência por reincidência.
- (B) detenção por quatro anos, além de multa por reincidência.
- (C) multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro pela reincidência.
- (D) multa de dois a dez salários de referência.

17. A política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente será feita por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. São linhas de ação dessa política de atendimento:

- (A) políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem.
- (B) a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis.
- (C) a criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.
- (D) a integração operacional de órgãos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria, da Segurança Pública e da Assistência Social.

RASCUNHO

18. O adolescente que cometeu ato infracional praticado em coautoria com maior de idade deverá ser conduzido

- (A) inicialmente junto com o adulto para a unidade policial mais próxima e depois, ouvidas as partes, o adolescente então será conduzido a uma repartição policial especializada.
- (B) ao Conselho Tutelar, que, em parceria com a unidade policial e Ministério Público, deverá ouvi-lo para que, dependendo da infração, seja então conduzido para uma unidade policial, sendo o adulto mantido preso.
- (C) para uma unidade policial de combate ao crime organizado, por tratar-se de crime em coautoria com adulto.
- (D) para uma repartição policial especializada no atendimento de adolescente, se houver, prevalecendo a atribuição da repartição especializada, a qual, após providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto a repartição policial própria.

19. A União fica autorizada a repassar aos Estados e municípios, os recursos referentes aos programas e atividades previstos nesta Lei (ECA), tão logo estejam criados os conselhos dos direitos da criança e do adolescente nos seus respectivos níveis. Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pelo(a)

- (A) comitê para os direitos da criança e do adolescente.
- (B) autoridade judiciária.
- (C) autoridade policial.
- (D) conselho de assistência social.

20. A medida de intervenção visa facilitar o contato do adolescente interno com seus pais ou responsável, além de permitir a realização de atividades com estes, assim como junto à comunidade de origem do adolescente, como forma de, gradativamente, preparar a todos para o desligamento da unidade. Caso sejam criados obstáculos ao exercício desse direito, pode(m) restar

- (A) a incomunicabilidade entre familiares para preservar o êxito de trabalho socioeducativo da unidade.
- (B) a remissão a ser concedida ao adolescente, podendo este ser beneficiado com outros procedimentos.
- (C) medidas específicas voltadas à orientação e ao apoio aos pais ou ao responsável que não cumprir(em) as orientações da unidade de proteção.
- (D) aplicação de multa à unidade de proteção do adolescente pela infração administrativa.

RASCUNHO

PROVA DE REDAÇÃO

O trabalho e a exploração infantil constituem um grave problema social no Brasil. Ainda hoje nos deparamos com menores vendedores ambulantes nos grandes centros urbanos, crianças trabalhando na lavoura, adolescentes exploradas pelo comércio sexual, meninas exercendo trabalho doméstico. Sabe-se, por exemplo, que, no Pará, o trabalho infantil doméstico permanece assombrando lares e ainda é, em todo o país, realizado por mais de 250 mil crianças e adolescentes. As imagens abaixo mostram pedaços dessa realidade.



Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=menores+de+rua,+trabalho+infantil&client=firefox-a&hs=8Mr&rls=org.mozilla:pt-BR:official&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ei=jVR-UsO4IcXJ4AP2woHgCw&ved=0CAkQ AUoAQ&biw=1920&bih=934>>.
Acesso em 24 out. 2013.

Com base nas reflexões acima e em seus conhecimentos sobre o assunto, redija um texto expositivo/dissertativo, em norma padrão da língua portuguesa, sobre o seguinte tema:

É imprescindível combater o trabalho e a exploração de crianças e adolescentes

ATENÇÃO

- Você deve desenvolver seu texto segundo as orientações dadas no comando.
- Sua redação deverá ter, no mínimo, vinte (20) linhas e, no máximo, (30) trinta.
- Textos em versos e textos escritos a lápis serão desconsiderados.

*** No BOLETIM DE QUESTÕES, há espaço para rascunho. No entanto, o texto definitivo deverá ser, obrigatoriamente, transcrito no FORMULÁRIO fornecido especificamente para esse fim. Em nenhuma hipótese o rascunho será considerado.**

SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS INSTRUÇÕES RELATIVAS AO TEMA, SUA REDAÇÃO SERÁ ANULADA.

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

RASCUNHO